

Brasília aprisionada

É um equívoco, no qual se tem incorrido historicamente, supor que se vai resolver o problema habitacional dos estratos sociais de baixíssima renda implementando políticas específicas, e isoladas, para esse segmento. A própria história de Brasília mostra a incapacidade desses programas de alterarem a realidade social sobre a qual incidem quando implementados fora do contexto mais amplo da problemática habitacional.

O Guarará, por exemplo, foi originalmente uma área de ocupação exclusiva de funcionários públicos de baixa renda. A classe média, expulsa do Plano Piloto, foi-lhe, porém, aos poucos, tomando o lugar até transformar o bairro numa satélite de qualidade média. Seus antigos moradores forçaram depois a construção de Ceilândia (Campanha de Erradicação de Invasões — C.E.I. lândia), mas a Ceilândia não tem mais seus moradores originários, expulsos de novo para outras favelas onde receberão agora lotes urbanizados. Inicia-se um novo ciclo do mesmo problema.

A política que se está implementando agora no Distrito Federal é inovadora na medida em que dificulta a venda dos imóveis através do mecanismo da cessão de uso, substituto da alienação pura e simples que se fazia no passado. Mas não nos enganemos. Vai se estabelecer um mercado paralelo de cessões de direito e,

daqui a pouco, o fato consumado criará uma realidade nova.

Louvamos a preocupação das autoridades com os interesses dos estratos sociais pouco resistentes, mas entendemos que, quanto ao que concerne à habitação, é preciso haver solução para todos. De nada adianta oferecer lote a favelado se a classe média não tem onde morar. Ela vai, fatalmente, expulsá-lo de lá.

Brasília precisa resolver urgentemente a questão habitacional através do aumento da oferta, único meio de conter a especulação desenfreada que se estabeleceu aqui. O Governo tem que encarar essa questão como urgente e crítica, revendo alguns conceitos que aprisionam a sua visão da problemática urbana de Brasília. Por exemplo: por que, em pleno coração da Capital do País, uma família pode usufruir o mínimo de 1.200 metros quadrados de terreno nos lagos Sul e Norte (incluindo-se a área verde), ou mais de 5 mil metros quadrados nas CHs ou mais de 20 mil metros quadrados nas MSPW? Isso não faz sentido. O que faz sentido é começar, em áreas específicas, a edificação vertical, tal como ocorre em qualquer lugar do mundo.

O aprisionamento a que esta cidade foi submetida teria sentido se o Governo houvesse, desde o princípio, implementado políticas de desestímulo à imigração. Como não o fez, as situações de fato estão criadas e ele terá agora de resolvê-las.